

ATA NÚMERO 166/XIII/3.^a SL

Aos 06 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação das atas n.ºs 152 a 162.**
2. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 224/XIII/2.^a - "Solicitam a criação de normas com vista à proteção de investidores não qualificados". Relatora: Hortense Martins (PS)**
3. **Discussão e votação do relatório sobre as Petições n.º 298/XIII/2.^a - "Solicitam a identificação de práticas de *misseling*, bem como a condenação das propostas comerciais apresentadas pelo Novo Banco, S.A." e 341/XIII/3.^a - "Solicitam que seja realizada uma investigação parlamentar que culmine numa recomendação com vista ao ressarcimento ou minoração dos prejuízos dos lesados do BES". Relatora: Rubina Berardo (PSD)**
4. **Discussão e votação do relatório sobre Petição n.º 315/XIII/2.^a - "Solicitam a prorrogação do prazo de entrega da declaração modelo 22 de IRC". Relatora: Margarida Balseiro Lopes (PSD)**
5. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 624 a 634/XIII/3.^a (PS).**
6. **Apreciação das Notas de Admissibilidade das Petições n.ºs 405/XIII/3.^a - "Solicita a criação de impostos para caixas automáticas de pagamento", 414/XIII/3.^a - "Taxas ou Imposto sobre Máquinas de Venda Automática", 415/XIII/3.^a - "Taxas ou Imposto sobre Produtos de Vendas em Máquinas de Venda Automática" e 428/XIII/3.^a - "Solicita a criação de imposto ou taxa sobre posto de venda automático". Cabe ao GP PS**
7. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 410/XIII/3.^a - "Solicitam que seja inscrita uma verba destinada a apoiar esterilizações a cães e gatos no Orçamento de Estado 2018". Cabe ao GP BE**
8. **Regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental.**

9. Outros assuntos.

1. **Aprovação das atas n.ºs 152 a 162.**

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. **Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 224/XIII/2.^a - "Solicitam a criação de normas com vista à proteção de investidores não qualificados".**

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) apresentou o relatório, resumindo as conclusões das várias audições efetuadas no âmbito desta Petição (integralmente transcritas no relatório) bem como as respostas dadas pelas várias entidades aos pedidos de informação.

Posto à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

3. **Discussão e votação do relatório sobre as Petições n.º 298/XIII/2.^a - "Solicitam a identificação de práticas de *misseling*, bem como a condenação das propostas comerciais apresentadas pelo Novo Banco, S.A." e 341/XIII/3.^a - "Solicitam que seja realizada uma investigação parlamentar que culmine numa recomendação com vista ao ressarcimento ou minoração dos prejuízos dos lesados do BES".**

A Senhora Deputada Rubina Berardo (PSD) apresentou o relatório referindo também as entidades ouvidas em sede de audição, bem como as respostas aos pedidos de informação solicitados a várias entidades.

Posto à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

4. **Discussão e votação do relatório sobre Petição n.º 315/XIII/2.^a - "Solicitam a prorrogação do prazo de entrega da declaração modelo 22 de IRC".**

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) recordou que este Relatório já tinha sido anteriormente apresentado tendo-se procedido depois ao seu aperfeiçoamento com a inclusão das diligências constantes do relatório da audição de peticionários.

Posto à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

5. **Definição da metodologia de apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.ºs 624 a 634/XIII/3.^a (PS).**

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) propôs remeter estes Projetos de Lei para o *Grupo Trabalho da Supervisão Bancária*. A referida proposta mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.

Foi deliberado remeter estas iniciativas legislativas para o referido Grupo de Trabalho, sem fixação de datas.

Interveio a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) para deixar registada a sua preocupação quanto à forma e ao resultado da transposição de Diretiva comunitária sobre esta mesma matéria.

6. Apreciação das Notas de Admissibilidade das Petições n.ºs 405/XIII/3.^a - "Solicita a criação de impostos para caixas automáticas de pagamento", 414/XIII/3.^a - "Taxas ou Imposto sobre Máquinas de Venda Automática", 415/XIII/3.^a - "Taxas ou Imposto sobre Produtos de Vendas em Máquinas de Venda Automática" e 428/XIII/3.^a - "Solicita a criação de imposto ou taxa sobre posto de venda automático".

Tomou a palavra do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) para contextualizar estas Petições propondo que se cumpra a nova Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP), já aplicável às petições em apreço, dispensando-se assim a nomeação de Relator bem como a elaboração de Relatório [da responsabilidade do Deputado Relator].

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) bem como os representantes dos restantes Grupos Parlamentares concordaram com a proposta.

Foi deliberado, por unanimidade, admitir todas as Petições, tendo-se também deliberado, conforme proposto nas Notas de Admissibilidade, a sua apensação. Foi ainda decidida a dispensa das diligências propostas em duas daquelas Petições, relativas a pedidos de informação.

7. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 410/XIII/3.^a - "Solicitam que seja inscrita uma verba destinada a apoiar esterilizações a cães e gatos no Orçamento de Estado 2018".

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) interveio para propor, conforme sugere a Nota de Admissibilidade, que a referida Petição fosse remetida ao Presidente da Assembleia da República com vista à sua redistribuição para a *Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação*.

A proposta mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares.

8. Regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental.

A Senhora Presidente tomou a palavra para expressar a sua preocupação com a falta de regulamentação da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e com o desconhecimento sobre o andamento deste processo. Aludiu, a propósito, às conclusões do relatório do Tribunal de Contas e ao parecer do Conselho de Finanças Públicas que expressam preocupação idêntica. Aproveitou para recordar que foi criado pela

COFMA um Grupo de Trabalho específico para tratar estas matérias, a par do Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo. Embora caiba ao Governo a responsabilidade da regulamentação e implementação da Lei, considera que compete à COFMA acompanhar estas matérias junto do Governo.

Sugeriu remeter para o *Grupo de Trabalho da Lei de Enquadramento Orçamental*, esta tarefa de verificação e acompanhamento, recordando que já estava agendada reunião deste Grupo de Trabalho, coordenado pelo Deputado Paulo Trigo Pereira, para dia 12.12. Deu ainda nota de que, no seu entender, seria conveniente diligenciar junto do Governo para garantir a implementação da LEO, a qual deverá vigorar já no próximo processo orçamental.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) informou que o Grupo de Trabalho atuará em dois planos de intervenção: o da regulamentação da LEO e um outro, mais urgente, relativo ao texto de substituição de dois Projetos de Lei sobre cativações, pendente, que versa sobre matéria idêntica a um artigo do Orçamento de Estado para 2018, que surgiu na sequência de uma proposta do BE. Frisou a necessidade de se dar resposta a esta situação juridicamente complicada.

Aproveitou para confirmar que existem atrasos na implementação da LEO, assinalando tratar-se de um processo bastante complexo que envolve alterações profundas, por exemplo, nos mapas orçamentais, na plataforma do sistema de informação das Finanças, bem como no próprio sistema de contabilidade pública (SNC-AP).

O Senhor Deputado Paulo Sá alertou também para o problema da recente aprovação de uma proposta de alteração à PPL 100/XIII/3.^a (OE 2018), apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE, incidindo sobre a mesma matéria de duas outras iniciativas legislativas em curso na COFMA (uma delas de julho), que vieram depois a resultar num texto de substituição subscrito pelos Grupos Parlamentares do PCP e do CDS-PP. Colocam-se, no seu entendimento, várias questões jurídicas às quais deve ser dada resposta, a bem da imagem da Assembleia da República.

A Senhora Presidente informou os Senhores Deputados que já tinha tomado boa nota desse problema comprometendo-se, ainda durante a tarde, estudar o problema para dar uma resposta jurídica ao problema.

Tomou a palavra o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) para partilhar o seu entendimento sobre este tema, que na sua opinião deve ser analisado nas suas duas dimensões: a) A formal. Em havendo uma alteração produzida em sede de processo orçamental não impede que se verifique a existência de algum vício (ponderar a hierarquia das normas considerando aqui que se tratam de duas leis de valor reforçado); b) A material, visto que a intenção da proposta de alteração à PPL 100/XIII, já aprovada, e a do texto de substituição apresentada pelos Grupos Parlamentares do PCP e do CDS-PP será idêntica mas o seu conteúdo é distinto.

Merece-lhe especial preocupação a resolução do problema na vertente formal já que, do ponto vista material, ainda poderá vir a ser consensualizada uma solução.

Na sua intervenção, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu também um problema concomitante que se prende com a forma como o processo orçamental decorreu este ano. No seu entendimento, com os atuais prazos, a Mesa não reúne condições para avaliar com detalhe todas as propostas e portanto, defende que deve haver um compromisso dos grupos parlamentares no sentido de alterar este processo.

A Senhora Presidente subscreve a opinião de que os prazos são demasiado curtos para que a Mesa e os serviços possam analisar todas as propostas de alteração e respetivos textos de substituição.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco considerou que este ano, face a um calendário mais reduzido que o habitual, o processo foi ainda mais complicado, defendendo também que este assunto deve merecer a atenção e imediata reflexão de todos os Deputados e Grupos Parlamentares. Concluiu a sua apreciação sobre este tema emitindo a sua opinião desfavorável relativamente aos automatismos no processo de admissão das propostas de alteração. Defendeu também que a agregação dos temas seria bastante útil.

Sobre a questão da regulamentação da LEO, confia que o trabalho que o Grupo de Trabalho desenvolverá, porventura começando por ouvir o Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo. Admitiu ainda que o Senhor Ministro das Finanças, na sua próxima audição também possa trazer alguma novidade.

A Senhora Deputada Cecília Meireles também manifestou a sua concordância com a proposta de realização de um trabalho de reflexão sobre o processo orçamental que deve começar de imediato.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), subscrevendo as preocupações anteriormente expressas sobre os problemas relacionados com o funcionamento e organização do processo orçamental levantou ainda a questão do número de audições. Sugeriu que esta reflexão sobre o processo orçamental fosse remetido para o Grupo de Trabalho da LEO.

Para discutir este tema do processo orçamental no Parlamento, a Senhora Presidente propôs a realização, para breve, de uma reunião da Mesa e de Coordenadores, proposta que mereceu a concordância de todos os Grupos Parlamentares. Entende ainda que no âmbito desta reunião se poderá eventualmente deliberar no sentido de remeter depois este assunto para o referido Grupo de Trabalho.

9. Outros assuntos.

Finalmente, a Senhora Presidente congratulou-se com a recente eleição do Ministro das Finanças, Professor Mário Centeno, para a presidência do Eurogrupo, propondo que a COFMA aprovasse um voto de congratulação neste sentido. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou que o voto de congratulação fosse previamente apresentado por escrito na Comissão. O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira,



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

informou que o Grupo Parlamentar do PS se associava ao voto de congratulação apresentado pela Senhora Presidente.

Não se registando outros assuntos, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de dezembro 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Reunião de 6 de dezembro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Jorge Paulo Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva